ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: NECESSIDADES E OBRIGAÇÕES DO PROFESSOR, DA ESCOLA E DO CURRÍCULO.

Jéssica Machado Moreira[[1]](#footnote-1)

## RESUMO

A educação merece demasiada atenção, em especial no tocante a alunos com deficiencia. Sabendo da importância do professor como agente principal no ensino educativo e inclusivo, o objetivo geral desse trabalho, é analisar as medidas tomadas e sugeridas para a inclusão social so aluno com deficiência. Como objetivos específicos, tem-se o de fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, mais precisamente explanar aspectos legislacionais sobre deficiência e inclusão; tratar da inclusão no contexto educacional e o papel da gestão escolar; abordar técnicas de inclusão por meios das tecnologias e, ao final, em resultados e discussão, tratar das ações já praticadas e aquelas que carecem de maior atenção. Quanto a metodologia utilizada, a pesquisa requer contato com a realidade a qual nos dispomos a investigar. Pensando nessa afirmativa, procuramos fazer uma pesquisa hipotético dedutiva, mediante uma revisão bibliográfica e legislacional em obras físicas e digitais adequada aos temas estudados. Conclusão: Constatou-se que alunos com deficiência, devem ter acesso igualitário à educação por meio das diversas técnicas utilizadas por parte dos entes educacionais, os quais devem se investir de um aprimoramento de modo que a sociedade os qualifique como adequados, suprindo as demandas contemporâneas de conhecimento, aperfeiçoando cada vez mais seus métodos de modo a se adaptar a modernidade.

**Palavras-chave**: alunos. Inclusão social. Deficiência. Técnicas.

## INTRODUÇÃO

O direito constitucional a educação é um direito social de suma importância para o desenvolvimento da sociedade, contudo, pessoas com deficiência, muitas das vezes, sofrem bastante por conta de suas limitações, inclusive, acabam, as vezes se tornando barreiras ao ensino aprendizagem.

A marginalização das crianças com deficiência é agravada pela percepção dominante da deficiência como uma desvantagem e pressupostos de que, para os alunos com deficiência, a escola é um meio de socialização e não de aprendizagem. Negar às crianças deficientes o direito à educação reforça atitudes e suposições comuns de sua capacidade diminuída, colocando-as em uma desvantagem ainda maior.

Sabendo da importância do professor como agente principal no ensino educativo e inclusivo, o objetivo geral desse trabalho, é analisar as medidas tomadas e sugeridas para a inclusão social so aluno com deficiência.

Como objetivos específicos, tem-se o de fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, mais precisamente explanar aspectos legislacionais sobre deficiência e inclusão; tratar da inclusão no contexto educacional; abordar técnicas de inclusão por meios das tecnologias e, ao final, em resultados e discussão, tratar das necessidades da escola, por professor e do currículo a fim de efetivar a inclusão, destacando aquelas que carecem de maior atenção.

A pesquisa se justifica, pois, analisar o papel do professor e da escola, bem como as qualificações, atitudes e habilidades sociais exigidas frente à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e o processo de aprendizagem se constitui de tema contemporâneo e de suma importância no contexto educacional, com vistas em viabilizar a inclusão destes sujeitos de maneira eficaz e satisfatória.

É nesta perspectiva que esse projeto propõe trabalhar como ferramenta na educação transformadora, e aponta para uma nova era em todo esse contexto educacional e dar apoio para ao professor na inclusão de alunos com necessidades especiais, criando maior motivação para desenvolver suas atividades, manter e melhorar o diálogo entre escola e família, pois sabemos da grande importância que traz essa parceria, como o aumento da confiança dos alunos, em superar a essas dificuldades.

Quanto a metodologia utilizada, a pesquisa requer contato com a realidade a qual nos dispomos a investigar. Pensando nessa afirmativa, procuramos fazer uma pesquisa hipotético dedutiva, mediante uma revisão bibliográfica e legislacional em obras físicas e digitais adequada aos temas estudados.

## DESENVOLVIMENTO

* 1. **INCLUSÃO SOCIAL EDUCACIONAL**

A educação inclusiva envolve identificar e erradicar as barreiras à aprendizagem que as pessoas podem enfrentar. Isso significa que os professores devem facilitar a aprendizagem e garantir que as necessidades individuais de cada criança ou jovem sejam atendidas.

Alunos de todas as habilidades e origens desejam salas de aula que sejam inclusivas e que transmitam respeito. Para os alunos com deficiência, o ambiente da sala de aula pode apresentar certos desafios que precisam de acomodação e consideração.

Sem lidar com essa situação (aceitação e compreensão) é plenamente possível que alunos com e sem deficiência de aprendizagem classificaram os indivíduos com deficiência de aprendizagem como sendo menos capazes de aprender ou de menor capacidade do que alunos sem essas deficiências.

 Na verdade, os alunos com deficiência de aprendizagem não são menos capazes do que qualquer outro aluno; eles simplesmente recebem, processam, armazenam e / ou respondem às informações de maneira diferente.

Ademais, os professores são obrigados a garantir a diferenciação do aprendizado para atender a essas necessidades, para que todos os alunos possam atingir seu potencial máximo.

Se os educadores tentarem seguir uma “receita”, mais cedo ou mais tarde se depararão com uma criança ou com uma situação em que a receita não funcione. Isto porque os alunos com autismo podem ter necessidades únicas de aprendizagem, habilidades sociais e comunicação, portanto, os professores precisarão de estratégias para abordar cada uma dessas áreas.

Ademais, nada obstante haja uma série de estratégias comprovadamente bem-sucedidas, uma análise cuidadosa das necessidades de aprendizagem do aluno deve ter ocorrido para compreender a deficiência afetará a perspectiva, a motivação e as formas de trabalho preferidas de cada aluno.

Os rótulos de deficiência podem ser estigmatizantes e perpetuar falsos estereótipos, onde os alunos com deficiência não são tão capazes quanto seus colegas. Em geral, é apropriado fazer referência à deficiência apenas quando for pertinente à situação. Por exemplo, é melhor dizer “O aluno, que tem uma deficiência” do que “O aluno com deficiência” porque coloca a importância no aluno, ao invés do fato de que o aluno tem uma deficiência. (AMARAL, 1996).

* 1. **ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS E DO CONTEÚDO**

Nesse ponto, mister destacar a Lei Nº 10.098/2000 a qual em seu escopo afirma que “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.” Tal norma, em 2009 sofreu alteração por meio da Lei Nº 11.982/09 e então passou a obrigar que

Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível (Brasil, art. 4º, parágrafo único da Lei 10.098/2000).

Como se vê, não é recente a preocupação para com a inclusão social. Ao longo de toda a Lei existe a obrigatoriedade de adaptação dos espaços públicos como de local para cadeirantes em edifícios públicos, bem como que facilite sua locomoção (arts. 11 e 12). Há inclusive, observância a adaptação de edifícios e locais de uso privado (art. 13, 14 e 15).

Por essa perceptiva, percebe-se que a adaptação dos espaços se faz de extrema necessidade, primeiramente pelo aspecto humano, tendo em vista que o lazer traz grandes benefícios às crianças, sendo de extrema necessidade ao seu desenvolvimento, segundo, por obrigação legal, isto é, um dever imposto em Lei de que se promova a adaptação dos espaços públicos como parques e escolas.

A Tecnologia Assistiva objetiva utilizar recursos que geram autonomia pessoal e vida independente do usuário, envolvendo tanto o objeto, ou seja, a tecnologia concreta (o equipamento ou instrumento), quanto o conhecimento requerido no processo de avaliação, criação, escolha e prescrição, isto é, a tecnologia teórica (QUEIROZ, 2019, p. 6).

Brito et al (2016, p. 1), por sua vez, descreve tecnologia assistiva como

(...) recursos e serviços que contribuem para proporcionar e/ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com alguma deficiência que, por sua vez, promove sua independência para determinadas atividades, além de incluir esses sujeitos tanto socialmente quanto no contexto escolar, melhorando assim suas vidas.

Nesse sentindo, há de se observar que deve haver, adaptação do conteúdo explorado, por meio de tecnologias em prol do aluno com deficiência.

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece (BATISTA E MANTOAN, 2007, p. 17).

As tecnologias assistivas que podemos destacar para o ensino a distância por sua vez, podemos citar a inclusão de aplicativos “leitores de texto” para pessoas com deficiência visual para que tenha acesso ao conteúdo por meio de sua audição; tecnologias que permutam escrever textos por meio da voz, para aqueles com deficiência nos membros superiores que impossibilitem digitar; entre outros.

## METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma revisão do tipo descritivo integrativa. A metodologia a ser utilizada foi, por meio de consulta à fonte de pesquisas que tratem dos assuntos aqui abortados (sites, livros, artigos científicos e a própria lei).

A pesquisa ocorreu durante o período de agosto a setembro 2023 por meio de busca nas bases de dados denominada *google schollar* o qual nos direcionou para sites especializados no ramo, revista de saúde brasileira, planalto (este último, é a base de dados de todas a Leis federais do país), com artigos, livros e Leis.

Foram utilizados artigos na área da educação, em especial da seara da educação especial e saúde com pertinência temática, isto é, que tratem da das necessidades e obrigações do professor, da escola e do currículo em relação ao aluno com deficiência.

Como critério de exclusão foram excluídos os artigos que não tratam do assunto de interesse deste estudo; artigos com clara superação de entendimento (devido a mudanças na abordagem); artigos e livros de fontes não consolidadas e/ou de cunho não acadêmico e artigos muito antigos que não sejam meramente conceituais.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Sabemos que a educação é um direito de todos, educação de qualidade é igualitária, e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhora lá com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na escola, precisando também ser levado em conta outros princípios como a acessibilidade e locomoção.

A principal responsabilidade de qualquer provedor de ensino é oferecer a melhor experiência acadêmica possível para todos os alunos. Estes podem alcançar seus objetivos e realizar seu potencial de diferentes maneiras - e isso é verdade principalmente para alunos com deficiência.

A escola deve ser capaz recepcionar alunos com deficiência de todos os tipos, tais como auditiva ou visual leve ou severa, deficiência médica de longo ou curto prazo, deficiência motora, deficiência psiquiátrica ou psicológica, ou dificuldade de aprendizado.

A formação continuada dos docentes, atualmente tem como objetivo o processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários a atividades dos educadores assegurando um ensino de qualidade cada vez maior aos seus alunos (MARINHO, 2006).

Ela é o tipo de treinamento que apresenta muitas dificuldades, pois é um processo que implica a mudança na atuação do professor, e vai muito mais que a distribuição e transmissão dos conteúdos através de novas ferramentas.

Trata-se de transformar seu papel na sala de aula, onde deve passar de líder e fonte de conhecimento para acompanhante que promova a autonomia, criatividade e interesse dos alunos no campo. O professor deve deixar de ser o centro da sala de aula para fazer do aluno o epicentro do método educacional (MARINHO, 2006).

Além disso, tem também uma profunda mudança nos conteúdos ensinados em sala de aula. O livro clássico com seu boletim de exercício correspondente é obsoleto em todos os níveis. Slide shows, experimentos, conteúdo audiovisual e trabalhos de pesquisa são alguns dos modelos. O conteúdo deve ser mais prático, dinâmico e, acima de tudo, atraente (MARINHO, 2006).

Os projetos de pesquisa ou trabalho cooperativo em sala de aula são alguns dos exemplos dos métodos que os professores devem incentivar nesse novo paradigma educacional. Esses são desafios mais próximos que o aluno terá que enfrentar ao longo de sua vida pessoal e profissional.

A grande complexidade de fatores que permeiam a questão da formação continuada é bastante abrangente e está ligada ao desenvolvimento da escola, do ensino, do currículo e da profissão docente. Para além da aprendizagem da matéria a ser dada em sala de aula, a formação de professores traz consigo aspectos relevantes que constituem o ser professor (MARINHO, 2006).

No entanto, essa mudança metodológica é irrelevante sem uma evolução paralela dos sistemas de avaliação. O sistema clássico (qualificação numérica baseada em prova oral, prática ou escrita) é incompatível com esse novo paradigma, pois exclui outros parâmetros como a participação do aluno, sua autonomia em sala de aula, a velocidade com que resolve os desafios colocados pelo professor, o interesse pelo sujeito, sua atitude nos grupos de trabalho, o progresso com o passar do tempo. Habilidades de grande valor no mercado profissional, que não eram trabalhadas anteriormente, mas que são de vital importância para julgar o nível de conhecimento de um aluno (MARINHO, 2006).

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o feedback, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula. (HARGREAVES, 2002, p.114).

No entanto essa perspectiva, a formação continuada, e entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, pode possibilitar um novo sentido à prática pedagógica, contextualizar novas circunstâncias e a atuação do professor. Trazer novas questões da prática e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria e na própria prática permitir e articular novos saberes na construção da docência.

Ademais, com relação a inclusão e currículo relacionado ao uso de tecnologias, a chamada "geração digital" não mostra dificuldades no uso de novas tecnologias, mas faz na produção de conteúdo utilizando-as. Os jovens recorrem à tecnologia para consumir conteúdo, mas muito poucos o fazem para gerá-lo. E é aí que professores e instituições precisam trabalhar com seus alunos, mostrando como a tecnologia deve ser usada para criar conteúdo de qualidade (LACERDA SANTOS, 2014).

Essa também é uma das maiores preocupações refletidas pelos pais dos alunos. A tecnologia é uma espada de dois gumes para os alunos, especialmente em idades mais baixas. Os benefícios de uma educação tecnológica são infinitos, mas desde que a criança seja educada para usa-la de forma responsável e sustentável.

Por outro lado, a família aposta nessa transição. Além do desembolso econômico de equipar seus filhos com o material tecnológico necessário, os pais mostram algum ceticismo sobre essa transição. Eles são a favor da incorporação da tecnologia nas escolas, mas relutam em mudar metodologias. Ao mesmo tempo, a redução do apoio das instituições oficiais, cujas doações para iniciativas tecnológicas continuam sendo muito pequenas em relação ao público educacional do país, é um agente decisivo na transição para esse novo paradigma. Especialmente considerando o alto percentual de escolas públicas e concertadas localizadas em Brasil (MARINHO, 2006).

O professor pode adquirir através da prática pedagógica as competências necessárias para o uso da tecnologia, sem dúvida é um objetivo que deve ser alcançado, mas esse processo pode ser muito atrasado e complexo pelo simples fato da mudança constante dos meios tecnológicos e sua diversificação. É a formação contínua que pode garantir que esse tempo seja significativamente reduzido e que o professor esteja ciente dos novos recursos, além de compartilhar as experiências de outros professores em relação aos resultados do uso de métodos específicos nas salas de aula (LACERDA SANTOS, 2014).

A formação continuada assim entendida como perspectiva de mudança das práticas no âmbito dos docentes e da escola possibilita a experimentação do novo, do diferente a partir das experiências profissionais que ocorrem neste espaço e tempo orientando um processo constante de mudança e intervenção na realidade em que se insere e predomina esta formação. Sabemos que a educação é um direito de todos, educação de qualidade é igualitária, e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhora lá com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na escola, precisando também ser levado em conta outros princípios como a acessibilidade e locomoção.

A principal responsabilidade de qualquer provedor de ensino é oferecer a melhor experiência acadêmica possível para todos os alunos. Estes podem alcançar seus objetivos e realizar seu potencial de diferentes maneiras - e isso é verdade principalmente para alunos com deficiência.

A escola deve ser capaz recepcionar alunos com deficiência de todos os tipos, tais como auditiva ou visual leve ou severa, deficiência médica de longo ou curto prazo, deficiência motora, deficiência psiquiátrica ou psicológica, ou dificuldade de aprendizado.

A formação continuada dos docentes, atualmente tem como objetivo o processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários a atividades dos educadores assegurando um ensino de qualidade cada vez maior aos seus alunos (MARINHO, 2006).

Ela é o tipo de treinamento que apresenta muitas dificuldades, pois é um processo que implica a mudança na atuação do professor, e vai muito mais que a distribuição e transmissão dos conteúdos através de novas ferramentas.

Trata-se de transformar seu papel na sala de aula, onde deve passar de líder e fonte de conhecimento para acompanhante que promova a autonomia, criatividade e interesse dos alunos no campo. O professor deve deixar de ser o centro da sala de aula para fazer do aluno o epicentro do método educacional. (MARINHO, 2006)

Além disso, tem também uma profunda mudança nos conteúdos ensinados em sala de aula. O livro clássico com seu boletim de exercício correspondente é obsoleto em todos os níveis. Slide shows, experimentos, conteúdo audiovisual e trabalhos de pesquisa são alguns dos modelos. O conteúdo deve ser mais prático, dinâmico e, acima de tudo, atraente (MARINHO, 2006)

Os projetos de pesquisa ou trabalho cooperativo em sala de aula são alguns dos exemplos dos métodos que os professores devem incentivar nesse novo paradigma educacional. Esses são desafios mais próximos que o aluno terá que enfrentar ao longo de sua vida pessoal e profissional.

A grande complexidade de fatores que permeiam a questão da formação continuada é bastante abrangente e está ligada ao desenvolvimento da escola, do ensino, do currículo e da profissão docente. Para além da aprendizagem da matéria a ser dada em sala de aula, a formação de professores traz consigo aspectos relevantes que constituem o ser professor. (MARINHO, 2006)

No entanto, essa mudança metodológica é irrelevante sem uma evolução paralela dos sistemas de avaliação. O sistema clássico (qualificação numérica baseada em prova oral, prática ou escrita) é incompatível com esse novo paradigma, pois exclui outros parâmetros como a participação do aluno, sua autonomia em sala de aula, a velocidade com que resolve os desafios colocados pelo professor, o interesse pelo sujeito, sua atitude nos grupos de trabalho, o progresso com o passar do tempo. Habilidades de grande valor no mercado profissional, que não eram trabalhadas anteriormente, mas que são de vital importância para julgar o nível de conhecimento de um aluno (MARINHO, 2006)

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o feedback, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula (HARGREAVES, 2002, p.114).

No entanto essa perspectiva, a formação continuada, e entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, pode possibilitar um novo sentido à prática pedagógica, contextualizar novas circunstâncias e a atuação do professor. Trazer novas questões da prática e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria e na própria prática permitir e articular novos saberes na construção da docência.

De acordo com Morin (2000), o professor tem o dever de educar-se sobre o mundo e sobre a cultura dos estudantes para que possa responder às questões e curiosidades deles, preenchendo lacunas entre o mundo do professor (adulto), o mundo do aluno (criança e jovem), na maioria das vezes em contato com as tecnologias e o conhecimento escolar.

Os conteúdos presentes nas tecnologias da comunicação, em especial na televisiva, fornecem elementos para expressão e compreensão de processos sociais, pois trazem para a cena conflitos, situações e contextos a serem debatidos e refletidos pelos sujeitos escolares (também espectadores), muitas vezes com dificuldades para entender a orientação do professor.

Libaneo (2001) defende que o trabalho pedagógico, ao qual compreende a atuação profissional do Pedagogo, em um amplo leque de práticas educativas do trabalho docente desenvolvido em sala de aula pelo professor. Para esse autor, o trabalho docente dado a sua natureza, é pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é necessariamente docente, face aos modos de atuação e requisitos profissionais não serem da mesma natureza, ainda que se configurem como modalidades de prática pedagógica. Nesse sentido, o educador, necessariamente, constitui sua identidade profissional pela teoria e prática acerca dos saberes pedagógico.

Ademais, com relação a inclusão e curriculo relacionado ao uso de tecnologias, a chamada "geração digital" não mostra dificuldades no uso de novas tecnologias, mas faz na produção de conteúdo utilizando-as. Os jovens recorrem à tecnologia para consumir conteúdo, mas muito poucos o fazem para gerá-lo. E é aí que professores e instituições precisam trabalhar com seus alunos, mostrando como a tecnologia deve ser usada para criar conteúdo de qualidade. (LACERDA SANTOS, 2014)

Essa também é uma das maiores preocupações refletidas pelos pais dos alunos. A tecnologia é uma espada de dois gumes para os alunos, especialmente em idades mais baixas. Os benefícios de uma educação tecnológica são infinitos, mas desde que a criança seja educada para usa-la de forma responsável e sustentável.

Por outro lado, a família aposta nessa transição. Além do desembolso econômico de equipar seus filhos com o material tecnológico necessário, os pais mostram algum ceticismo sobre essa transição. Eles são a favor da incorporação da tecnologia nas escolas, mas relutam em mudar metodologias. Ao mesmo tempo, a redução do apoio das instituições oficiais, cujas doações para iniciativas tecnológicas continuam sendo muito pequenas em relação ao público educacional do país, é um agente decisivo na transição para esse novo paradigma. Especialmente considerando o alto percentual de escolas públicas e concertadas localizadas em Brasil. (MARINHO, 2006)

O professor pode adquirir através da prática pedagógica as competências necessárias para o uso da tecnologia, sem dúvida é um objetivo que deve ser alcançado, mas esse processo pode ser muito atrasado e complexo pelo simples fato da mudança constante dos meios tecnológicos e sua diversificação. É a formação contínua que pode garantir que esse tempo seja significativamente reduzido e que o professor esteja ciente dos novos recursos, além de compartilhar as experiências de outros professores em relação aos resultados do uso de métodos específicos nas salas de aula (LACERDA SANTOS, 2014)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a busca mais precípua tem se voltado ao conhecimento. Desta feita, o considerando que o capital intelectual tomou precedentes inimagináveis, hoje, mais do que nunca, a educação adquiriu um papel muito além do que se pensou há algumas décadas atrás, pelo que, o acesso a ela deve ser irrestrito e com o máximo de projeto possível.

Ao analisar as atividades docentes como instrumento do desenvolvimento no contexto social, percebeu-se que ela é de suma importância para o desenvolvimento de uma sociedade saudável, justa e igualitária.

Quanto as necessidades do currículo, a formação continuada se mostrou um processo interessante de crescimento em muitas áreas da vida de uma pessoa. Ela implica melhorias não só no campo do trabalho, mas também influência as relações humanas (colegas de trabalho, colaboradores, etc.) formação intelectual, desenvolvimento espiritual, participação social.

É algo que acontece espontaneamente ou dirigido, o processo de superação envolve muito trabalho, esforço, disciplina, coragem, persistência, honestidade, respeito, determinação, amor e uma grande responsabilidade. Alguns aspectos intimamente relacionados à formação contínua são a constante transformação, a busca por uma visão profissional e missão, o desenvolvimento de novos hábitos e habilidades, o controle dos pensamentos, a atitude otimista, a autoconsciência, a valorização da vida, a criação de novos paradigmas mais eficientes, as relações interprofissionais e o serviço aos outros.

Em se tratando das necessidades e obrigações curriculares, os materiais curriculares se constituíram uma estratégia fundamental para a disseminação e desenvolvimento de inovações educacionais. São um dos elementos simbólicos mais representativos das marcas de uma proposta de reforma pedagógica ou inovação.

Os materiais curriculares não influenciam apenas o que os alunos podem aprender; também afetam os processos de divulgação e implementação dos currículos, uma vez que é através dos materiais como é transmitido aos professores o que consiste a filosofia e o conteúdo pedagógico de um programa ou projeto curricular, de modo que sua influência é importante no desenvolvimento ou implementação do currículo em sala de aula. São os recursos tradutores do currículo prescrito.

Constatou-se ainda, em relação as necessidades da escola, que crianças e adolescentes com deficiência, devem ter acesso igualitário à educação por meio das diversas técnicas utilizadas por parte dos entes educacionais, os quais devem se investir de um aprimoramento de modo que a sociedade os qualifique como adequados, suprindo as demandas contemporâneas de conhecimento, aperfeiçoando cada vez mais seus métodos de modo a se adaptar a modernidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. A. **Deficiência: questões conceituais e alguns de seus desdobramentos**. Cadernos de Psicologia. Minas Gerais, 1996.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. IN: Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: SEESP/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\_dm.pdf. acessado em 19 Mar. 2023

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/ acessado em 19 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.098/2000**. **Diário Oficial da União**, Brasília Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>> acessado em 19 Mar. 2023

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. **Diário Oficial da União**, Brasília Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> > acessado em 19 Mar. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: 2016.

BRASIL. MEC. **Apoio a gestão escolar**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/18765-apoio-a-gestao-escolar>. Acessado em 19 mar. 2023.

BRITO, Rozimar Rodrigues de et al. **Tecnologias Assistivas na Educação: Ferramentas Facilitadoras de Inclusão Digital**. In: II Congresso internacional de educação inclusiva, 2016

HARGREAVES, A. Aprendendo a mudar: **O ensino para além dos conteúdos e da padronização**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LACERDA SANTOS, G. A gestão de relações educativas apoiadas pelo computador por meio da pedagogia de projetos. **In: LACERDA SANTOS, G. Tecnologias na Educação e formação de professores**. Brasília: Editora Plano, 2003.

 .FIRMINO, E. A. D. P. A promoção da inclusão digital de professores: Avaliação de uma política pública brasileira para formação docente. In: FERREIRA, C. A. R.; LACERDA SANTOS, G. A inclusão digital em meios de ensino formais e não-formais. Lisboa Pt: Faculdade de Motricidade Humana FMH, 2014.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. **Inclusão:** Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

MARINHO, Simão Pedro Pinto. Novas tecnologias e velhos currículos; já é hora de sincronizar. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, volume 2, n. 3, dez. 2006.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São

Paulo: Cortez / UNESCO, 2000.

SANTOS, M. L. **Do giz à Era Digital**. São Paulo: Zouk, 2003.

SANTOS, E. **Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. Anais do Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. Universidade do Minho, Braga, Portugal, p. 5658-5671, 2009,

1. pós-graduando em Educação especial e inclusiva. Graduada em pedagogia pela faculdade UNIP email: Jessimm172@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)